

A questão da identidade no decorrer da construção dos processos de patrimonialização das cidades: Santa Teresa e Alfama

Fabio Costa Peixoto e Maria Sarita Mota*

RESUMO: a representação do passado das cidades, percebida na prática discursiva dos agentes sociais promotores e gestores do patrimônio histórico, tem sido construída em meio às disputas pelo sentido da história. O principal resultado desta associação permite constatar que a identidade local funciona como um elemento aglutinador na estruturação dos elos que criam um sentimento coletivo de pertencimento a uma comunidade frente aos processos desestabilizadores da globalização da sociedade contemporânea. Selecionamos o bairro de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro e o bairro de Alfama, na cidade de Lisboa para tratar de algumas questões referentes à preservação do patrimônio urbano no que respeita às invenções das tradições, a criação de símbolos e as transformações identitárias, ou seja, na sua função de estratégia representacional. Esta abordagem permite apreender o imaginário instituinte que identifica o bairro com um nome, uma comunidade e quase um monumento histórico tensionado pela emergência de novas territorialidades e sociabilidades decorrentes de projetos de modernização das cidades.

Palavras-chaves: *memória social; patrimônio; Lisboa; Rio de Janeiro.*

ABSTRACT: the representation of the past of the cities which can be perceived through the discourse practice of social agents that works to promote and manage the national heritage, was built in the middle of disputes over the meaning of history. The main result of this association demonstrates that the local identity serves as a unifying element in the structuring of the links that create a collective feeling of belonging to a community in the face of destabilizing processes of globalization in contemporary society. We selected the district of Santa Teresa in the city of Rio de Janeiro and the Alfama district in Lisbon to discuss certain issues regarding the preservation of urban heritage in respect of inventions of traditions, the creation of symbols and identity transformations, i.e., in their function to representational strategy. This approach allows us to apprehend the social imaginary that identifies the district with a name as a community and as almost a historical monument strained by the emergence of new territoriality and sociability from projects of modernization of cities.

Keywords: *social memory; heritage; Lisbon; Rio de Janeiro.*

Introdução

“O patrimônio se situa entre a memória e a história”.
Jacques Le Goff, *História e Memória*.

As discussões propostas neste artigo dizem respeito, em última análise, aos processos de patrimonialização marcados pela globalização em curso na sociedade contemporânea. Os discursos atuais acerca da preservação, restauração e revitalização urbana são então tensionados pelas antinomias espaço-temporais da modernidade, ou,

* Respectivamente, bacharel em Ciências Sociais, especialista em Sociologia Urbana (UERJ) e mestre em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Docente do IF Sudeste de Minas Gerais (Campus Muriaé) e bacharel em História (UERJ), mestre em Ciências Sociais (UERJ) e doutora em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Docente do III COMAR.

dito de outro modo, nenhuma cidade atualmente pode almejar construir um significado próprio por meio de seu patrimônio urbano sem considerar a força globalizadora que influencia e altera o curso da história local e global. Tal processo orienta, inegavelmente, as práticas sociais sobre um determinado espaço e desvelam os bastidores do jogo do poder no campo da disputa econômica, política, cultural e simbólica que permeia a preservação do patrimônio.

Os discursos dos agentes sociais envolvidos nos processos de patrimonialização ainda são marcados pela certeza da existência de um patrimônio histórico insubstituível, por memórias coletivas que encontram nos monumentos históricos a conformação da identidade dos lugares assim como o referencial imagético das práticas e representações sociais. A noção de patrimônio remete-nos tanto à memória quanto à história. A um território propriamente dito, real ou imaginado e, conseqüentemente, leva-nos a estabelecer o marco da relação entre o tempo presente em que vivemos e o futuro que, coletivamente, almejamos.

Os debates sobre a conservação dos bens patrimoniais indicam um movimento incessante de instrumentalização do passado, de criação de símbolos. Portanto, expressam visões plurais e estratégias políticas acerca da realidade social. Nesta perspectiva, o patrimônio urbano (na sua função de guardião da singularidade das cidades e de estratégia do desenvolvimento local) é uma representação desses ideais e adquire um lugar central na problematização dos processos societários contemporâneos.

Em face destas questões, julgamos ser necessária uma abordagem crítica das múltiplas dimensões da construção do passado que, no plano do discurso, surge como detentor de valores que permeiam as classes sociais. Do mesmo modo, uma apreensão plural da realidade social considerando os usos diferentes da memória e, conseqüentemente, das disputas entre as memórias coletivas como construções sociais imaginárias que orientam as ações de patrimonialização.

Se “o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade”, como afirmou Abreu (1998) ao analisar a valorização do passado das cidades, é nele que buscamos as origens das identidades sociais contemporâneas. Nesse anseio coletivo, a memória e a história constituem possibilidades de acesso ao passado. Não iremos nos aprofundar nas distinções entre história e memória e sim refletir sobre o sentido que o passado adquire para os indivíduos na contemporaneidade. Sobretudo no que diz respeito à preservação do patrimônio urbano frente aos novos dinamismos econômicos e a própria transformação da identidade simbólica dos lugares. Nesta perspectiva, a

memória coletiva, entendida como fruto das representações compartilhadas pelos membros de uma sociedade, adquire preeminência na constituição do patrimônio histórico e de novas dinâmicas locais, consequentemente traduzindo novas identidades e novas sociabilidades. Indagamo-nos sobre como articular, criticamente, essas duas dimensões para o estudo da história e da memória das cidades? Cremos que um dos caminhos já foi indicado por Abreu (1998:19): “para se tratar da memória de um lugar há que se trabalhar então na recuperação simultânea da história *no* e *do* lugar”. Portanto, este artigo é um esforço de compreender, parcialmente, tal tarefa na recuperação da história e da memória das cidades em seu processo de patrimonialização.

Para levar a cabo este estudo, analisaremos as manifestações das memórias coletivas, constituídas em torno de recortes do passado, sobre a conformação do atual patrimônio histórico, cultural e arquitetônico de duas grandes metrópoles. Baseamo-nos em duas pesquisas etnográficas realizadas nos bairros de Santa Teresa, no Rio de Janeiro e no bairro de Alfama, localizado na cidade portuguesa de Lisboa. Consideramos ainda os resultados das pesquisas de Cafezeiro (2001) e de Peixoto (2008) sobre Santa Teresa bem como da pesquisa etnográfica realizada ao longo de dos últimos vinte anos pela equipe de Antônio Firmino da Costa, professor do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-Lisboa). A perspectiva adotada foi a de não limitar a compreensão do processo de patrimonialização desses bairros a seus contextos nacionais, embora alguns exemplos citados e a própria explicação sociológica esteja circunscrita a observação da realidade urbana, social e cultural da cidade do Rio de Janeiro e seu centro histórico que melhor conhecemos como moradores e pesquisadores desta cidade.

Em relação à história das cidades, há uma diferença que merece ser considerada, ou seja, o fato de que as cidades europeias tenham conseguido sobreviver às modernizações, ao passo que as cidades latino-americanas, frutos de um processo de expansão europeia, são também cidades forjadas no processo de constituição da própria nacionalidade. No que pese à diferenciação dos espaços urbanos na preservação do seu patrimônio, trata-se de um processo de construção cultural; de constantes buscas por elementos capazes de consolidar uma identidade cultural e singular. Portanto, o estudo comparado permitiu a percepção de que as estratégias de investimentos associadas ao patrimônio urbano, além de revelar as forças sociais atuantes no campo das disputas pelo sentido da história, acabam redefinindo conceitos e concepções acerca da cidade, o

que aponta para a necessidade de revisar as noções tradicionais com as quais definimos a cidade como categoria sociológica, bem como ampliar as definições de patrimônio.

O patrimônio urbano

Discutir a questão do patrimônio é uma tarefa árdua principalmente pela necessidade de se considerar os variáveis presentes na definição do próprio conceito, ainda mais quando se consideram as dimensões histórica, cultural e arquitetônica. O grau de complexidade amplia-se exponencialmente quando se considera o papel que a memória social exerce nesta definição. Neste sentido, a memória coletiva adquire um papel importante, posto que, construída a partir de uma seletividade, torna-se também um resultado das disputas pelo sentido da história.

Para Ruben Oliven (2003:77), “o termo patrimônio – em inglês *heritage* – refere-se a algo a ser preservado e que, por conseguinte, deve ser preservado”. Nesta dimensão que contempla a herança material de determinada sociedade, preservarmos da destruição o conjunto dos bens arquitetônicos (não mais integrados nas nossas práticas cotidianas) sob o risco da perda de uma memória coletiva. Outra noção de patrimônio adotada por Nestor Canclini (1984:95) afirma que o “patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões ‘mortas’ de sua cultura, mas também os bens culturais visíveis e invisíveis”, o que sugere “um patrimônio que expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social” (id:97). Conseqüentemente, esta noção mais dinâmica de patrimônio está profundamente associada ao conceito de cultura, incluindo-se hábitos, costumes, tradições, crenças e um acervo de realizações materiais e imateriais. Em decorrência destas duas noções, e tentando avançar um pouco mais, podemos atribuir à categoria patrimônio uma nova dimensão que é a do agir.

“O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. [...]. Não existe apenas para representar idéias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas.” (GONÇALVES, 2003:27).

Este aspecto “antropológico” do patrimônio que queremos salientar funciona como um elemento que auxilia na estruturação dos elos que criam um sentimento coletivo de pertencimento comunitário e colabora para sedimentar não só a ideia de

comunidade, como também para formar uma sólida identidade local. Esta definição também nos aproxima da noção de patrimônio urbano, sobretudo para um determinado aspecto presente nas ações e políticas públicas que é o uso mercantilista que recai sobre o patrimônio a ser considerado. Esse imaginário instituinte que identifica o bairro com um nome, uma comunidade e quase um monumento histórico, tem sido tensionado pela emergência de novas territorialidades e sociabilidades decorrentes de projetos de modernização das cidades contemporâneas. As dissonâncias deste processo podem ser avaliadas quando se analisa a constituição da memória urbana objetificada, sobretudo, no resgate do valor patrimonial à escala do bairro.

A memória urbana

Ao referirmo-nos à memória, tratamos somente da memória urbana que é, de fato, o objeto que constitui o patrimônio histórico dos bairros que selecionamos, ou seja, Alfama e Santa Teresa. Maurício Abreu realizou uma discussão sobre o que seria a memória urbana: ela foge a discussão clássica sobre memória social e se foca em torno do que poderia ser denominado de memória das cidades. Por memória das cidades o autor entende o estoque de lembranças “eternizadas”, frutos do passado que são perceptíveis na paisagem de um determinado lugar onde elas são reapropriadas por segmentos da sociedade. De posse desta definição, é preciso ainda distinguir a memória das cidades de outra, a da memória urbana que, por sua vez, Maurício de Abreu (1998:18) conceitua como “o estoque de lembranças do modo de vida urbana *per se*, sem obrigação de relacioná-las a uma base material particular, a um lugar específico”. Esta distinção é importante para a compreensão do papel da história no processo de resgatar a memória e, principalmente, os embates que decorrem do ato de resgatar o passado de um determinado lugar.

A história exerce, neste contexto, um relevante papel que é o de “desenterrar” o passado, mas com um viés mais reflexivo, especialmente no que se refere à percepção mais ampla do processo histórico. Recuperando as distinções entre história e memória, é possível afirmar que a história, isoladamente, só consegue recuperar o passado, mas não o lugar; pois o lugar é sempre repleto de vivências e cotidianidades. Esta incapacidade da história de recuperar o lugar é derivada de sua dedicação ao urbano que Abreu (1998:19) definiu como tendo “o referencial, o abstrato, o geral e o externo” e que, no entanto, apenas um olhar mais detido sobre a cidade poderia recuperar a importância

pretérita do lugar, pois é a cidade que diz respeito ao particular, ao concreto e ao interno.

Na tentativa de compreender os processos de recuperação da história e da memória dos bairros, torna-se importante retomar, mesmo que brevemente, a Maurice Halbwachs, tendo em vista a importância que o autor conferiu ao espaço como depositário da memória coletiva. O espaço socialmente construído é signo da permanência das tradições, da continuidade das relações afetivas nele investidas. Segundo o autor, “o tempo da memória só se concretiza quando encontra a resistência de um espaço” (HALBWACHS, 1990:150). Este espaço seria a cidade, pois ela seria capaz de conferir aderência ao ligar os indivíduos, famílias e grupos sociais e conferindo à memória um processo de cristalização na figura de seu patrimônio histórico, cultural e arquitetônico.

A presença da materialidade do espaço enquanto gerador de identidade cultural reforça um sentimento de segurança e estabilidade, imprescindíveis à construção da memória coletiva dos grupos sociais. Em Santa Teresa é o caso do Castelo do Valentim, o Parque das Ruínas e a antiga Casa de Laurinda Santos Lobo. Esse conjunto arquitetônico aqui citado inclui os principais prédios do bairro, bem como os três principais espaços públicos — os largos do Curvelo, dos Guimarães e das Neves — e importantes locais de sociabilidades, constituindo este acervo de um imenso valor patrimonial que funcionam como uma das principais atrações do bairro. No caso de Alfama, é o próprio conjunto urbano que chama a atenção. Como nos diz Antônio Firmino da Costa.

[...] o valor patrimonial de Alfama está mais no conjunto urbano do que em monumentos ou edifícios individualizados. É uma malha labiríntica, de traçado mais ou menos espontâneo e tortuoso, de raiz moura e medieval; é o perfil das casas, de construção antiga, algumas mesmo anteriores ao terremoto de 1755 e muitas outras datando da reconstrução então efetuada ou pouco mais recentes; é a mistura do nobre (os palácios e as casas senhoriais) e do popular (a generalidade das habitações), do militar (as muralhas e os torreões) e do religioso (as igrejas e as capelas), do funcional e do decorativo (dos chafarizes aos painéis de azulejo); é a espetacular paisagem de encosta urbana subindo para o castelo e descendo para o rio. (COSTA, 2005:44).

Observando o caso de Alfama, notamos referências em torno de um patrimônio arquitetônico datado do início de sua ocupação entre os séculos II a. C e V a. C entre a

encosta do Castelo de São Jorge até o rio Tejo, no núcleo do primeiro povoamento de Lisboa. O bairro se caracterizou ao longo da ocupação muçulmana (entre os séculos V e VIII)¹ onde se concentrou um considerável número de judeus representado pela própria Rua da Judiaria. No entanto, com a retomada da cidade pelos cristãos no século XII, o bairro passou a se transformar em uma típica localidade composta, principalmente, por pescadores e outros indivíduos que trabalhavam em atividades afins. Este perfil se manteve até as primeiras décadas do século XX quando o bairro sofreu uma pesada intervenção do Estado principalmente em sua dimensão simbólica.

O resgate do valor patrimonial destes bairros como um todo, percebido por muitos como um museu a céu aberto, suscita uma questão relevante que diz respeito à ausência de uma utilização sustentável de seu patrimônio, tendo em vista o acentuado processo de depredação dos seus acervos. Em ambos os casos houve momentos em que a ineficácia das estratégias de preservação adotadas gerou um impasse em torno de como preservar, contrapondo, de um lado, os órgãos responsáveis por esta tarefa e, de outro, os proprietários dos imóveis a serem preservados.

O patrimônio pode ser pensado através da ótica da invenção da tradição que indica um processo social de luta simbólica em torno do que deve ser preservado. Contudo, os debates atuais reproduzem a lógica de mercantilização da cultura que, no caso de Santa Teresa e Alfama, atualmente tem significado a vocação para o turismo. A premissa da invenção das tradições permite compreender a noção de patrimônio histórico como construção social. Para Costa (2005), este processo de construção social da realidade é perpassado por uma ideia de “patrimônio genuíno” e indica uma seleção

de entre os inúmeros possíveis, focalizando de maneira privilegiada esta ou aquela época, este ou aquele elemento arquitectónico ou urbanístico, no conjunto virtualmente inesgotável de todos os que foram sendo construídos e destruídos, refeitos e modificados, num processo permanente, ao longo da história. (COSTA, 2005:34).

Nesta perspectiva, a antiguidade torna-se um indício para se conferir “autenticidade histórica” ao que se pretende classificar como patrimônio histórico, cultural e arquitetônico. Ele só é possível através do emprego da antiguidade aliado à memória social. A memória coletiva fixa a memória de uma forma mais ampla, posto

¹ O peso da influência da permanência muçulmana na cidade se nota através do próprio nome de Alfama que significa Al-Hama, que significa águas quentes ou fonte termal.

que é viva e esta vivacidade é fruto de sua própria definição já apontada por Halbwachs (1990:42) como sendo “um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende ao indivíduo”. Este reforço da coletividade se apresenta através da valorização que concebe o autor do “caráter familiar, grupal, social da memória”. Em relação à construção da memória social, Costa (2005) também retomou os efeitos de familiaridade social decorrentes da experiência de vida em sociedade bem como o sentimento de mais valia causado pela antiguidade histórica das obras. Deste modo, quanto mais afastada do tempo presente, mais aumenta o interesse que sentimos pelas obras humanas e mais aumenta o que o autor denominou de “efeito de memória social”.

Assim, ao analisarmos alguns elementos constituintes do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico dos bairros de Alfama e Santa Teresa, percebemos a presença de “instituições de memória” materializadas na paisagem e no cotidiano desses lugares. Desta forma, essas instituições de memória também auxiliam no processo de constituição da identidade cultural do lugar, especialmente na instrumentalização dos usos da história e da memória. Assim, a associação entre instituições de memória e uma consolidada identidade local conferem aos bairros de Alfama e Santa Teresa um potencial favorável a investimentos voltados, principalmente, para o turismo.

Uma reflexão sobre o turismo implica considerar inicialmente o lugar e, dentro da relação local/global, o papel do turismo como instrumento potencializador de desenvolvimento local. O papel do turismo é reforçado naqueles casos em que numa determinada cidade se encontra “espaços privilegiados quanto à concentração de atrações, serviços, simbolismos e produções culturais” (CASTROGIOVANNI, 2000:25) e alcança uma enorme valorização, chegando ao ponto de, em algumas cidades, tornar-se o principal eixo da economia. Nesses casos, percebe-se a valorização do lugar como um espaço fornecedor de novas emoções e sensações o que normalmente não se encontra nos locais de origem do turista e que o motiva a viagem. A relação se complementa com o estabelecimento de uma tentativa de valorizar os atrativos locais, seja o patrimônio material ou imaterial, pois o lugar, neste contexto, é o principal ponto de referência para adoção de estratégias de desenvolvimento. Conseqüentemente, o lugar ganha um ar exótico onde “a cena que os visitantes consomem é composta por um caleidoscópio de experiências e espaços orientados para o trabalho, consumo, ócio e entretenimento” (JUDD, 2003:57). Logo o turista adquire uma imagem gerada como fruto de um construto formado por símbolos que excluem o que não deve ser visto como

a pobreza, por exemplo. No entanto, o lugar não se destaca apenas por este aspecto, mas também pela importância adquirida no contexto de uma relação extra-escalar entre o local e o global que atua de uma forma intensiva no que refere às formas de governança urbana.

No que refere às disputas pela preservação, também é importante destacar a existência de “memórias coletivas” identificadas em segmentos sociais, seja da classe média e alta seja nos segmentos populares. Elas são construções motivadas pelo fato de “ser impossível recuperar a memória de uma cidade em sua totalidade de memórias coletivas que tiveram a cidade como referencial” (ABREU, 1998:15) e que reflete na intensa luta simbólica, envolvendo os diversos grupos sociais que habitam o bairro. Com isto, chamamos a atenção para o fato de que não é a suposta homogeneidade social de classe que garantiria a conformação da identidade cultural dos bairros; ao contrário, as disputas de classes e os diversos atores sociais, os grupos de interesses, em sua dinâmica própria expressam uma política de memória que se processa sobre o espaço urbano.

A construção da identidade local

Costa (2005) empregou o conceito de “sociedade de bairro” para compreender os fenômenos societários que ocorrem no bairro português de Alfama, na cidade de Lisboa, e do qual também nos servimos para pensar as novas sociabilidades do bairro de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro. Ao adotarmos este referencial na tentativa de compreender os processos responsáveis pela construção identitária local, além de encontrarmos grandes semelhanças entre esses bairros, também percebemos que a noção de bairro torna possível a ideia de pertencimento e, conseqüentemente, a de comunidade.

A noção de bairro foi historicamente construída a partir de um processo de invenção, como nos diria Hobsbawn & Ranger (1984), por componentes da esfera pública, principalmente a municipal, para fins administrativos² e para delimitação do território, geralmente alvo de intensas disputas, pois possibilitava a posse ou não de

² No caso da cidade brasileira, a primeira divisão existente foi a de freguesias, que se dividiam em urbanas e rurais, no período do século XVI até o final do século XIX. Deste momento até 1918, a categoria freguesia suburbana foi adotada para designar regiões que possuíam ambas as características. A partir de 1918, foi adotada a divisão da cidade por zonas: urbana, suburbana e rural, permitindo a formação de unidades menores conhecidas como bairros, que devido ao intenso crescimento demográfico e de complexidade social, fomentaram a criação dos bairros, locais onde indivíduos possuem raízes e onde se encontram, em diversos níveis, imersos em uma comunidade.

poder político a nível local. O bairro então adquire centralidade, que, anteriormente, era exercida pela vila reforçada pela sua caracterização a partir do binómio interior/exterior em relação ao bairro. Esta relação manteve-se e singularizou o bairro através de relações entre protagonistas sociais situados dentro e fora do bairro, práticas entre este e outros espaços, processos de comunicação e de formação de representações simbólicas efetuados como resultado de relações entre segmentos da população residente e outros agentes sociais externos ao bairro.

Os elementos que tornaram possível uma comparação entre Alfama e Santa Teresa foram: a morfologia territorial; a localização no centro histórico da cidade; a malha urbana; o carácter materialmente fechado destes bairros (os inúmeros becos, as escadinhas e vielas apertadas); a impregnação da vivência cotidiana pelas formas locais de identidade coletiva arraigados nestas localidades; o forte apelo ao turismo internacional. Alfama e Santa Teresa são também localidades atendidas por um meio de transporte tradicional, como o bonde ou eléctrico, o que constitui forte atrativo turístico, bem como a preservação das tradições culturais como o fado (em Lisboa) e o samba (no Rio de Janeiro). Em ambos os casos, a topografia é acidentada, divergindo apenas na localização dos bairros em relação à proximidade com o centro da cidade. No caso de Alfama, a sua localização está distanciada do centro (da Baixa) enquanto Santa Teresa fica nos arredores do centro financeiro, possuindo até duas saídas no próprio centro da cidade. No que se referem aos outros elementos, os dois bairros possuem mais similitudes do que diferenças, principalmente devido à topografia e, sobretudo, pela topofilia em relação à complexidade das identidades coletivas.

Como consequência deste processo, o bairro ganha espaço como local de convivência e onde as relações cotidianas são construídas e fortalecidas, pois elas são formadas a partir de um sentimento de pertencimento, seja por ser o local de nascimento ou de moradia, seja por uma mera pertença de carácter afetivo ou via relacionamento com os moradores do bairro. É possível explicitar o grau de intensidade da ideia de pertencimento considerando-se o carácter isolador do bairro e ainda através do discurso positivo de seus moradores. A grande quantidade de comunidades virtuais³ sobre Santa Teresa na rede de relacionamentos *Orkut* é mais um exemplo desta positividade, assim como o esforço de mobilização pela revitalização urbana do bairro lisboeta empreendido pela Associação do Património e da População de Alfama. Esta relação é

³ Em 2007, totalizavam 43 comunidades virtuais.

medida pelos próprios moradores como uma característica extremamente positiva geralmente ressaltada pela grande mídia em reportagens e entrevistas e que funcionam como símbolos importantes de sua própria identificação.

As relações de vizinhança em Santa Teresa constituem um importante instrumento societário capaz de gerar uma nova coletividade permeada por várias redes de relacionamento social que atravessam o bairro. Conseqüentemente, a proximidade exercida pela vizinhança, mesmo contrariando a dificuldade de acesso via automóvel, aliados a diversos atrativos paisagísticos e simbólicos, acabam por incentivar a vontade de permanência de famílias de classe média e alta que ainda representam 70% da população do bairro. Antônio Firmino da Costa (2005:112-113) também identificou o mesmo processo para Alfama, mostrando que essas famílias contribuem para a construção de *processos interlocais*, ou seja, “aqueles que estabelecem relações entre subconjuntos populacionais e espaciais da cidade” estimulando dinâmicas de constituição recíproca de identidades coletivas enquanto ‘bairros’ e em um jogo de demarcações e inclusões identitárias que funcionam como um instrumento de conexão entre os diversos grupos sociais distribuídos na cidade, tanto no que se refere ao critério de divisão social quanto ao critério de ocupação do território.

Além das questões envolvendo o bairro e a idéia de vizinhança, a noção de “comunidade” se apresenta como uma forma de compreender a complexidade existente em bairros como Alfama e Santa Teresa e, decerto, o caracterizam como bairros singulares no contexto atual das cidades. Esta noção é utilizada como referencial analítico por Zygmunt Bauman (2003) quando o autor analisa a vertente comunitária na sociedade contemporânea permeada por processos globais de deslocamento societário e que alteram as tradicionais estruturas societárias até então em vigor. Desta perspectiva, a noção de comunidade evidencia-se nesses bairros através de um sentimento de pertencimento, especialmente ao se considerar a valorização de um determinado “modo de vida” existente no bairro e que já constatamos ser uma representação social, uma “imagem urbana” e que também funciona como recurso potencializador de uma identidade coletiva que marca a singularidade deste bairro.

A afirmação de Costa (2005) de que uma teoria geral da comunidade considera um nível específico de integração social, dado através de laços de vizinhança, de cooperação acentuada, auxilia-nos na compreensão do fenômeno comunitário existente em Alfama e Santa Teresa e, deste modo, também encontramos um paralelo num outro conceito do mesmo autor, ou seja, o de “comunidade perdida”. Este autor, ao considerar

as profundas transformações sociais da modernidade, em particular no decorrer do século XX, deduz que o novo modo de vida urbano — cujo cenário tradicional foi marcado pelas grandes metrópoles — tende a extinguir as comunidades tradicionais e, em especial, as de bairro.

Este conceito também guarda uma enorme similitude em relação às considerações formuladas por Bauman (2003). O autor, em sua reflexão sobre os princípios norteadores da comunidade, possibilitou uma melhor compreensão de uma das conseqüências do processo de modernização que tenderia a extinguir as comunidades tradicionais. Destacamos o princípio de pertencimento a um determinado grupo, seja devido à proximidade espacial, seja por afinidades de interesses sociais, culturais e políticos específicos (e denominados como *habitus* por Pierre Bourdieu). Deste modo, podemos dizer que os bairros de Alfama e Santa Teresa constituem-se em uma comunidade, ainda que possuíssem mais de um *habitus* (identificados na diferenciação social entre as classes média e alta e das comunidades de baixa renda). Mesmo ambos sendo extremamente distintos, conseguem construir um sentimento de pertencimento mais amplo como se o bairro fosse uma “instituição” agregadora de diversos segmentos sociais distintos e ainda mais, como se fosse possível se retirar o foco das contradições típicas do modo de produção capitalista.

Esta noção de comunidade apresentada por Zygmunt Bauman é fruto de uma concepção tradicional de constituição de agregação social que tenderia a ser substituída pelo conceito de identidade. Entretanto, com um olhar mais apurado sobre esta noção de comunidade, é possível indicar alguns caminhos que podem auxiliar na tarefa de compreender melhor a relação entre comunidade/identidade e entre local/global.

Ao analisarmos os casos de Alfama e Santa Teresa, percebemos que os princípios comunitários auxiliam na construção e na manutenção da identidade espacial ali existente. E, de certa forma, é possível incluir, em segundo plano, as diferenças sociais fruto de hierarquias sociais. Esta associação é reforçada por uma distinção que é “compartilhada por um grupo ou categoria de indivíduos suficientemente numerosos e determinados para merecer consideração [...] que se torna uma reivindicação coletiva” (BAUMAN, 2003:71) que se apresenta e se solidifica através de diversas esferas e exemplos.

Em nível de ilustração, citamos um fato ocorrido durante o carnaval 2007 como expressão do fenômeno societário “comunidade” presente em Santa Teresa. O tradicional Bloco das Carmelitas, a partir deste carnaval, decidiu não divulgar o horário

em que o bloco sairia às ruas nos dois dias a que estavam programados. O motivo alegado para tal atitude foi o excesso de foliões que acompanhavam o bloco, e tal decisão foi tomada para reduzir o número de participantes em uma tentativa de retornar a tempos em que apenas os moradores do bairro participavam do bloco. Deste modo,

a defesa do lugar [é] vista como condição necessária de toda segurança, devendo ser uma questão do bairro, um “assunto comunitário” [que] caberá à comunidade — a comunidade *local*, uma comunidade corporificada num *território* habitado por seus membros e ninguém mais. (BAUMAN, 2003:102).

Indagamo-nos se esta atitude seria uma tentativa de suprir a segurança tão desejada pelos indivíduos em um mundo guiado por uma lógica oriunda da globalização? Esta pergunta não será respondida nesta pesquisa, mas serve como um estímulo para a discussão de novas formas de “agrupamento social” que se apresentam neste novo contexto mundial e que são evidenciados em algumas vivências nos bairros de Santa Teresa e de Alfama. Contudo, ao recuperarmos o caso ocorrido no carnaval 2007 em Santa Teresa, evidencia-se a busca por um abrigo que alguns denominam como “comunidade” e onde se oferece um ambiente seguro sem ladrões e à prova de intrusos (pessoas externas ao bairro; turistas estrangeiros). E ainda: comunidade significa isolamento, separação, muros protetores e portões vigiados tal como afirma Bauman (2003), que associado ao isolamento físico colabora para uma tentativa de isolamento simbólico através de práticas que buscam retornar a um passado idealizado. Assim, é possível afirmar a pretensão, pelo menos na tentativa de alguns segmentos sociais que habitam o bairro, de construir um “gueto voluntário”, como nos diria Loic Wacquant. Esta noção também foi assumida por BAUMAN (2003) que a definiu pela seguinte característica: a de impedir a entrada de intrusos para os festejos sociais e permitir que os de dentro possam sair às ruas à vontade. Vários outros exemplos poderiam ser citados para a compreensão desse processo de construção identitária, quer em Santa Teresa quer em Alfama. O que convém destacar diz respeito às diferenças e as especificidades locais no sentido em que sugerem que a respectiva revalorização do passado nacional, regional ou local merece ser pensado junto com a globalização, ou melhor, como formas reativas à globalização da economia.

À guia de conclusão

Quaisquer que possam ser as diferenças entre as cidades de Lisboa e do Rio de Janeiro, entre os bairros de Alfama e Santa Teresa, as práticas sociais de construção da memória ainda são nacionais. Como vimos, alguns elementos constituintes da identidade coletiva desses bairros foram tecidas pela articulação das noções de “pertencimento”, de “bairro” e de “comunidade”. De certa forma, esses conceitos auxiliaram na tarefa de compreender a identidade ali existente, bem como seu processo de patrimonialização em meio à disseminação global da cultura da memória.

Mesmo que se possa assinalar a presença de uma “genuína” identidade coletiva, devemos considerar esta “genuinidade” como fruto das representações sociais do passado histórico e, conseqüentemente, de construção do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico das cidades. Assim, a constituição da identidade local se relaciona diretamente com o “nascimento” e desenvolvimento inicial da cidade.

Entretanto, esta identidade coletiva não é o resultado de uma homogeneidade social, mas sim resultado de distinções sociais que são expressas através de hierarquias e de conflitos sociais, mas que os atores têm logrado superar este empecilho, forjando uma sólida identidade coletiva, o que necessariamente não ocorre em todas as unidades sócio-espaciais locais. Esse mecanismo torna-se possível graças a uma determinada configuração social com referentes significativos de sentimentos de pertença permitindo a criação desta identidade. Mas cabe ressaltar que esta identidade local não gera necessariamente um sentimento de pertença pautado em atributos sociais reportados ao território, nomeadamente a vizinhança residencial, pelo contrário, a noção de vizinhança não é percebida por todas as populações no interior dos segmentos sociais do bairro.

Mas, para efeitos de uma identidade que possa ser exteriorizada para além das fronteiras desses bairros e para explícitos fins de atividades turísticas globalizadas, ela enunciaria os padrões culturais desta população e seus reflexos como uma representação simbólica do bairro como “entidade coletiva”. Logo, a identidade local reforçada pela identidade cultural se torna partilhada, assim como ocorre na manutenção de um conjunto de atributos fundamentais, quer em sua amplitude no bairro e em sua intensidade com que ela é experimentada quer nos conteúdos afetivos e cognitivos e relacionais nela investido, quer ainda nas formas simbólicas e nas práticas sociais em que se exprime. Conseqüentemente, constata-se a presença de estratégias identitárias que conformam estratégias sociais forjadas na manipulação das forças relacionais e

simbólicas das identidades culturais como legitimadoras destes processos concretos de ação coletiva. Essas estratégias ainda são capazes de gerar condições para uma agência transformadora apta a ser portadora da resistência frente a processos econômicos globais. Assim, o mais importante a ser ressaltado deste processo é a capacidade da identidade cultural de gerar efeitos sociais potencializadores de elementos básicos para a formação de protagonismos coletivos que possam romper com o intenso conflito que emergiu na esfera social e política dos bairros aqui selecionados para investigação.

A preocupação em preservar o patrimônio histórico, cultural e arquitetônico é uma necessidade central nas grandes cidades, mais ainda em cidades como Lisboa e Rio de Janeiro — “vitrines da nação” e que, nos tempos atuais, precisa reforçar a centralidade política e cultural de outrora considerando a necessidade de se tornar competitiva no contexto da globalização. Logo, refletir sobre os usos do patrimônio urbano permite pensar questões centrais indispensáveis para uma análise capaz de compreender a complexidade das transformações identitárias dos lugares.

Referências bibliográficas

- ABREU, M. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. RJ: IPLAN-RIO / Editora Zahar, 1987.
- _____. “Sobre a memória das cidades”. *Revista Território*, ano III nº 4, jan. / jun 1998.
- ALBERNAZ, K.; BRETAS, M.; MOURA, A. M. *Rio de Janeiro em mapas – Santa Teresa*. RJ: Arco/ Arquitetura 7 produções, 2004.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 7ª ed, RJ: Bertrand Brasil, 2004.
- CAFEZEIRO, M. L. *Santa Teresa, espaço estruturado e espaço praticado*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.
- CANCLINI, N. G. “O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional”. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, nº 23, 1994.
- CASTROGIOVANNI, A. C. *Turismo urbano*. SP: Contexto, 2000.
- COSTA, A. F. *Sociedade de bairro*. Lisboa: Celta Editora, 2005.
- GONÇALVES, J. R. S. “O patrimônio como categoria de pensamento”. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. (Orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. RJ: DP&A Editora, 2003.
- HOBSBAWN, E. e TERRANCE, R. *A invenção das tradições*. RJ: Paz e Terra, 1984.
- JUDD, Dennis R. “El turismo urbano y la geografía de la ciudad”. *Revista EURE*, Santiago do Chile, volume XXIX, nº 7, 2003
- LE GOFF, J. *História e Memória*. 4ª ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.
- NORA, P. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, nº 10, dezembro de 1993.

- OLIVEN, R. "Patrimônio intangível: considerações iniciais". In: ABREU, R. e CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. RJ: DP&A Editora, 2003.
- PEIXOTO, Fabio Costa. *Do global ao local: Políticas, redes e conflito em Santa Teresa*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.